



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2020  
(PROC. Nº 0005327-98.2020.4.01.8005)**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE (EPP)**

**DISPUTA ABERTA E FECHADA**

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 9194947, 05 de novembro de 2019, torna público a abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, obedecidas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, no Decreto nº 10.024, de 23 de setembro de 2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, subsidiariamente, nas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, independentemente de transcrição das normas regentes e às condições e exigências deste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DIA: 14 de agosto de 2020.**

**HORÁRIO: 14 h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**Código UASG: 090023**

## **1. DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na aquisição de dispositivos de sinalização e segurança, tais como cones e placas para delimitação e orientação nas edificações da SJDF, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será composta por **um grupo** - formado por trinta itens, conforme planilha constante no ANEXO I - Termo de Referência, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 - O sistema de registro de preços não obriga à compra e à contratação de serviço, nem mesmo nas quantidades indicadas no ANEXO I, podendo a Administração promover a aquisição e a contratação em unidades e de acordo com as suas necessidades.

1.4 – Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 2. DOS ANEXOS

2.1 - São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo dos Materiais a Serem Fornecidos;
- c) ANEXO III – Modelo de Proposta;
- d) ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

## 3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - O valor total estimado para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 45.925,30 (quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta centavos)**.

3.2 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade (UG): 00001/090023

Programa de Trabalho: 096903 - Julgamento de Causas

Elemento de Despesa: 33.90.30

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, **exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SJDF a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 – Como condição de participação no Pregão, a licitante deverá assinalar "**sim**" ou "**não**" em campo próprio do sistema eletrônico, relativamente às seguintes declarações: que se enquadra como ME/EPP (se for o caso), estando apto a usufruir do tratamento favorecido, previsto na LC nº 123/2006; que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação; que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz; que sua proposta

foi elaborada de maneira independente; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado; que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social; que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e que cumprem a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT (*se for o caso*).

4.5 - Não poderão participar desta licitação:

4.5.1 - Empresas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com a JFDF, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.2 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.5.3 - Empresas impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.4 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.5.5 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4.5.5.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.5.6 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.5.7 - Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.5.8 - Empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

4.5.9 - Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.5.10 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.5.11 - sociedades integrantes de um **mesmo grupo econômico**, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.5.12 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima elencada sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA VISTORIA

5.1. - Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de entrega do bem.

## 6. DA PROPOSTA

6.1 - A empresa licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição completa do objeto ofertado e o **preço unitário por item/grupo, expresso com apenas duas casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.1.2 - Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema; entretanto, após iniciada a sessão, somente caberá desistência por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.1.3 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.1.4 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.1.5 - Serão desclassificadas as propostas que contenham cotações de marcas opcionais, indefinidas ou alternativas. A empresa licitante somente poderá cotar produtos de uma única marca e modelo.

6.1.6 - No valor consignado na proposta já deverão estar considerados e inclusos todos os custos operacionais, tributos, fretes, tarifas e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.1.7 – Como condição de participação do grupo, a licitante deverá, obrigatoriamente, cotar todos os seus itens.**

**6.1.8 – A desclassificação de um único item do grupo implicará na desclassificação da proposta para todo o grupo.**

6.2 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 - A participação no certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor total ofertado.

6.4 - Não serão aceitas cotações com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I.

## 7. DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as empresas licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.

## 8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, pelo **valor total de cada item, com apenas 2 (duas) casas decimais**, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 - Será adotado para o envio de lances **o modo de disputa aberto e fechado**, na forma do disposto no art. 33 do Decreto nº 10.024/2019, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.3 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.3.1 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 %** (dez por

cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.3.2 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, **até o máximo de três**, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.3.3 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.3.1 e 8.3.2, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.3.4 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.4 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada

8.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por item. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.6 – **Não poderá haver desistência dos lances efetuados**, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019. Entretanto, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

8.6.1 - Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para aplicação da(s) penalidade(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

8.7 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer operante e acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados;

8.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou após negociação e decisão do Pregoeiro.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1 - Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pelo proponente classificado em primeiro lugar com o valor estimado para a contratação.

9.2 – O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.3 - Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte do primeiro colocado, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável.

9.4 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro levará em conta, no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, o **critério do menor preço** e as condições estabelecidas neste Edital.

10.2 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.3 - O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.4 – A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

10.4.1 – as especificações claras e detalhadas do objeto licitado, de acordo com as especificações técnicas contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste edital;

10.4.2 - prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma, encerrando-se sempre em dia útil.

10.4.3 – Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho ou contrato, conforme o caso, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela elaboração da proposta, conforme **Modelo de Proposta – ANEXO III deste Edital**.

10.5 - Juntamente com a proposta **deverão** ser encaminhados:

10.5.1 - **fôlderes, prospectos, catálogos, encartes dos materiais, manuais ou indicação do site do fabricante**, desde que possuam imagens nítidas e descrições técnicas detalhadas do produto ofertado a fim de subsidiar a análise pelo Pregoeiro e/ou pela Unidade Técnica;

10.5.2 – Comprovação de que os produtos ofertados atendam à NBR 15.071 (sinalização no tráfego - cones de sinalização) e à NBR 13434-3 (sinalização de segurança contra incêndio e pânico).

10.6 - Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, poderá ser verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

10.7 - Os prazos estabelecidos no edital, e aqueles eventualmente estabelecidos no sistema eletrônico pelo Pregoeiro, poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada da empresa licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro via *chat*.

10.8 - A licitante que **abandonar o certame**, deixando de enviar a documentação complementar solicitada no edital ou, eventualmente, pelo Pregoeiro, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital**.

10.9 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Justiça Federal do Distrito Federal, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.10 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.11 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.12 – Também não serão admitidas propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

10.13 – Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se os procedimentos estabelecidos para aceitação da proposta subsequente.

## 11. DA AMOSTRA

11.1 – **Poderá** o Pregoeiro ou o setor requisitante, quando da verificação da conformidade das propostas com os requisitos fixados no Edital, solicitar a apresentação de amostras dos materiais/produtos ofertados.

11.2 – As amostras solicitadas deverão ser apresentadas no prazo de no máximo 3 (três) dias úteis após requisitadas, devidamente identificadas com o número do pregão, nome da licitante e o número do item, podendo o prazo ser prorrogado ou a entrega ser dispensada, a pedido da licitante, desde que através de solicitação formal devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro.

11.2.1 – As amostras deverão ser entregues na Seção de Compras e Licitações – SELIC, localizada no SAUS, Quadra 2, Bloco G, Anexo, CEP: 70.070-933, Telefones: (61) 3221.6403/6404/6405/6406.

11.2.2 - A amostra deverá ser apresentada na embalagem original do fabricante, onde possam ser verificadas informações quanto à descrição completa do produto, tais como, marca e modelo/referência do produto ofertado, obedecidas as especificações.

11.2.3 - Em se tratando de produto cujas especificações técnicas já tenham sido avaliadas em processos anteriores, ou cuja qualidade e durabilidade já tenham sido atestadas pelas unidades desta Seção Judiciária, fica facultada à Administração a dispensa de apresentação da amostra, desde que sejam encaminhados prospectos, ou catálogos, contendo todas as características técnicas do material.

11.2.4 - Caberá à licitante qualquer ônus referente aos custos do material e de envio, e retirada, se for o caso;

11.3 - Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos e manuseados, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica.

11.4 - A amostra apresentada pela licitante vencedora e aprovada pela área técnica não será, em hipótese alguma, considerada como início de entrega do produto ofertado.

11.5 – A retirada das amostras entregues à JFDF é de responsabilidade da licitante, devendo ser feita da seguinte forma:

- amostras de propriedade da licitante vencedora: poderão, a critério da JFDF, ficar retidas até a entrega total do objeto licitado, quando poderão ser retiradas;

- demais amostras aprovadas: ficarão à disposição da JFDF até o primeiro dia útil posterior à homologação do resultado deste pregão, quando poderão ser retiradas;

- amostras reprovadas: poderão ser retiradas a partir da comunicação da reprovação.

11.5.1 – A não retirada das amostras, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do direito de retirada, será considerado abandono da propriedade, conforme dispõe o art. 1.275, III, do Código Civil Brasileiro, cabendo à Seção Judiciária do Distrito Federal decidir sobre a sua destinação.

11.5.2 - A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93;

12.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

12.1.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3 - A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2 - Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1 - É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.4 - Ressalvado o disposto no subitem 6.1.1, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

a) Documentação de Habilitação Jurídica;

b) Documentação de Habilitação Fiscal e Trabalhista;

12.5 - **A habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

12.5.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado no órgão competente ou Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.5.1.1- No caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

12.5.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, alterada pela Resolução nº 17, de 09 de abril de 2010 e pela Resolução nº 26, de 8 de dezembro de 2011.

12.5.2 – Em quaisquer dos atos constitutivos deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, **a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;**

12.5.3 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.5.4 - **Documento de Identidade do Representante Legal da empresa**, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços – excepcionalmente, desde que autorizado pelo Pregoeiro, este documento poderá ser enviado digitalizado, via e-mail ([selic.df@trfl.jus.br](mailto:selic.df@trfl.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

12.5.5 – Caso o signatário da Ata de Registro de Preços não seja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, **deverá apresentar Procuração dando-lhe poder para assinar ARP, com a autenticação em cartório.**

12.6. **A habilitação fiscal e trabalhista** será comprovada mediante a verificação dos documentos abaixo:

12.6.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.6.2 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

12.6.3 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

12.6.4 – prova de regularidade junto às Fazendas Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, ou seja, que incidam na atividade ou tipo de objeto que é contratado;

12.6.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos

do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.6.6 - Será admitida a apresentação de registros de CNPJ's diferentes, entre matriz e filial, nos comprovantes pertinentes à Certidão Negativa de Débito - CND e ao Certificado de Regularidade de Situação do FGTS-CRF, quando houver a comprovação de centralização do recolhimento dos tributos.

12.7 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

**12.8 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:**

12.8.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8.3 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7ª da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.9– Para os efeitos deste Pregão, a licitante será declarada vencedora após a fase de habilitação e antes da etapa recursal.

12.10 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.11 - A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.11.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

### 13. DOS RECURSOS

13.1 - Declarado a vencedora, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro abrirá prazo de, no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer.

13.1.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, implicará na decadência desse direito.

13.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

13.1.3.1 – Após o término dos prazos fixados no subitem anterior, o Pregoeiro terá 5 (cinco) dias úteis para exame e decisão.

13.1.3.2 – Caso o Pregoeiro não reconsidere sua posição, deverá encaminhar o recurso para decisão da Autoridade Competente, a qual deverá ser proferida em até 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3 - Os autos do processo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - A adjudicação e homologação do objeto serão feitas por grupo.

14.2 - Não havendo manifestação das licitantes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e a Autoridade Competente procederá à homologação.

14.3 - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, a Autoridade Competente adjudicará e homologará o resultado da licitação.

### 15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 - Na fase de homologação, será aberto o prazo mínimo de 24 horas, via sistema eletrônico, para que as licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais a(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) na sequência da classificação do certame, excluído o

percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e os Decretos que regulamentam as margens de preferência.

15.2 - O registro das licitantes tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

15.3 - Havendo mais de uma licitante na situação prevista no subitem 15.1, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

15.4 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

15.5 - O sistema gerará uma ata complementar, que conterà a informação das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais a(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, que constituirá anexo da ata de registro de preços.

## 16. DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Homologada a presente licitação, o proponente vencedor será convocado para assinatura eletrônica da **Ata de Registro de Preços**, conforme minuta constante do ANEXO IV, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo este ser prorrogado, a pedido do vencedor, em conformidade com o art. 64, § 1º da Lei nº 8.666/93. Não o fazendo, aplicar-se-ão as disposições contidas no art. 64, § 2º da mesma lei, bem como aquelas contidas no art. 13, *caput* e parágrafo único e art. 14, parágrafo único, ambos do Decreto nº 7.892/2013, bem como art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

16.1.1 – A assinatura da licitante vencedora se dará mediante *login* e senha em sistema próprio da Justiça Federal.

16.1.2 – Incumbe a licitante vencedora, se não possuidor de *login* e senha para acesso ao referido sistema, o cadastramento de representante legalmente constituído para assinar a Ata de Registro de preços.

16.1.3 – A Administração comunicará, via *email*, a necessidade de assinatura da ata, momento em que expedirá instruções necessárias para eventual cadastramento.

16.2 – A ata do registro de preços proveniente deste Pregão terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura pelas partes, instante a partir do qual o instrumento será considerado apto a produzir seus jurídicos efeitos. A ata será publicada na íntegra no portal da Justiça Federal de 1º Grau no Distrito Federal no <http://portal.trf1.jus.br/sjdf/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>.

16.3 – Nos termos do artigo 22 do Decreto nº 7.892, de 2013, **NÃO** será permitida à adesão de órgãos ou entidades públicas à Ata de Registro de Preços resultante da licitação do objeto deste Edital.

16.4 – As regras para a assinatura e gerenciamento das atas de registro de preços são as previstas no Decreto nº 7.892/2013, e nas orientações do Ministério do Planejamento registradas no Portal do Comprasnet.

16.5 - A(s) licitante(s) vencedora(s) deverão manter, durante o período do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Justiça Federal de 1º Grau no Distrito Federal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços referente a este certame;

16.6 - Ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para a assinatura da Ata de Registro de preços.

## 17. DA NOTA DE EMPENHO

17.1 - A licitante classificada em primeiro lugar, após a assinatura da Ata de Registro de Preços e durante sua vigência, receberá a nota de empenho, que será considerada aceita em toda a sua integralidade, caso não a recuse por escrito, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento**, com justificativa a ser analisada pela Contratante. Neste caso, a aceitação da justificativa ficará a critério da Administração, após ouvido o setor competente.

## 18. DA EXECUÇÃO

18.1 - A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

18.2 – A Administração designará um representante/unidade responsável para receber o objeto decorrente da contratação.

18.3 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

## 19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

19.1 - A entrega e o recebimento do objeto do pregão dar-se-ão na forma especificada no ANEXO I – Termo de Referência.

19.2 - Caso a Contratada não possa cumprir o prazo estipulado no referido anexo, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, **até o vencimento do prazo de entrega do objeto**, ficando a critério

da Justiça Federal a sua aceitação, devendo constar no assunto: **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.**

19.3 - Verificada a desconformidade do objeto, a Administração poderá embargar o recebimento provisório e/ou definitivo e estabelecerá prazo para a correção da disfunção.

19.3.1 – Caso, no prazo original, ainda exista prazo restante para a entrega, e, havendo embargo, o prazo para a correção da disfunção, será o concedido pela Administração ou o prazo de entrega restante que a contratada possuir, considerando o que for maior.

19.4 - A licitante vencedora obriga-se a substituir, no prazo a ser estabelecido pela Administração, o objeto entregue e aceito, desde que comprovada a existência de incorreções e defeitos insanáveis, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização.

19.4.1 - O prazo máximo para a Justiça Federal do Distrito Federal exigir a substituição do material / equipamento é de até 90 (noventa) dias a contar do recebimento definitivo, ou havendo garantia, pelo período em que esta perdurar.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta-corrente da contratada, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da aferição do direito ao pagamento, devendo o documento fiscal vir acompanhado de cópia simples (Lei 13.726/2018) do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF, da Certidão Conjunta Negativa relativa à Seguridade Social e Tributos Federais/Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, válidos até a data do efetivo pagamento, ficando suspenso o pagamento até a apresentação dos referidos documentos.

21.1.1 – Os documentos solicitados no subitem anterior poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF.

20.1.2 – Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, declaração em conformidade com o disposto no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 e suas alterações.

20.2 - Havendo erro na nota fiscal, a mesma será restituída à empresa. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à Contratada, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, comete infração administrativa passível de impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores que menciona o inciso XIV do art. 4º da Lei do Pregão, pelo prazo de até 5

(cinco) anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- 21.1.1 - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 21.1.2 - Não entregar a documentação exigida no edital;
- 21.1.3 - Apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 - Causar o atraso na execução do objeto;
- 21.1.5 - Não mantiver a proposta;
- 21.1.6 - Falhar na execução do contrato;
- 21.1.7 - Fraudar a execução do contrato;
- 21.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.9 - Declarar informações falsas; e
- 21.1.10 - Cometer fraude fiscal.

21.2 - As sanções descritas nos subitens acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3 - Conforme disposto no Acórdão TCU 754/2015 – Plenário, subitem 9.5.1, será autuado processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo que tal dispositivo tem caráter abrangente e se refere a condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença.

21.3.1 – Além das sanções previstas no subitem anterior, fica a licitante sujeita as cominações legais previstas na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

21.4 – As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no ANEXO I - Termo de Referência.

21.5 - A aplicação de multas, bem como o cancelamento da Ata de Registro de Preços, não impede que a Justiça Federal aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

21.6 - Se a Contratada inadimplente não tiver valores a receber da Justiça Federal, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU.

21.7- A aplicação de qualquer das sanções relacionadas neste Edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

## **22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

22.1 – Observada a antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até às 19h do prazo legal - horário de expediente desta Seção Judiciária - mediante termo dirigido ao Pregoeiro,

exclusivamente na forma eletrônica, para os *e-mails* [selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

22.1.1- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da data do recebimento da impugnação.

22.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

22.2.1 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da data do recebimento do pedido.

22.3 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a SJDF.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - As obrigações da Contratada e da Contratante estão estabelecidas no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital.

23.2 - As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela Autoridade Competente da Justiça Federal do Distrito Federal.

23.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na *homepage* desta Justiça Federal do Distrito Federal e do Comprasnet ([www.jfdf.jus.br](http://www.jfdf.jus.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), devendo as licitantes acessá-las para ciência.

23.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na SJDF e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.6 - A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

23.7 - No caso de problemas que dificultem ou impossibilitem a remessa de qualquer documentação, via Sistema Comprasnet, após autorização expressa do Pregoeiro, poderá a empresa encaminhar para o e-mail da SELIC ([selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

23.7.1 – Para o deferimento do pleito pelo Pregoeiro, a empresa deverá solicitar e justificar o motivo de não poder postar a documentação via sistema Comprasnet.

23.8 - É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.9 - Após encerramento da sessão pública, toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

23.9.1 - É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

23.9.2 - Em caso de inobservância do previsto no subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

23.9.3 - Frustradas as tentativas na forma do subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Contratante (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-da-justica/diariosdajustica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

23.10 - A presente licitação, no interesse do serviço público, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre com despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

23.11 - Aplica-se, subsidiariamente, à presente licitação, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e a Lei 8.666/93 e suas alterações.

23.12 - Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo Pregoeiro ou autoridade competente, com base na legislação vigente.

23.13 - Mais esclarecimentos quanto ao procedimento licitatório poderão ser obtidos pelos telefones (0xx61) 3221-6403 / 3221-6404 / 3221-6405/ 3221-6406, ou no endereço SAUS, Quadra 2, Bloco G, anexo, CEP: 70.070-933, no horário de 14h às 18h.

Brasília, 28 de julho de 2020.

Carla Bezerra Cabral  
**Pregoeiro**  
**JFDF**

## **ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2020**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de dispositivos de sinalização e segurança, tais como cones e placas para delimitação e orientação nas edificações da SJDF.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A recente construção das escadas de incêndio no Edifício Sede III e da SEDE I requer a redefinição das rotas de fuga e a consequente sinalização destas, bem como a substituição de materiais degradados pelo uso.

2.2. Instalação de sistema de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, conforme NBR13434-3/2005. A sinalização de segurança contra incêndio e pânico deverá ser adquirida junto às empresas credenciadas pelo CBMDF, com escopo para comercialização do referido sistema de segurança contra incêndio.

2.3. A estimativa de aquisição dos materiais corresponde à necessidade mensurada, a partir das características das diferentes edificações da SJDF e da necessidade de reposição destes.

2.4. O objeto pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios de aperfeiçoamento da gestão de custos e da melhoria da infraestrutura estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2015/2020, Anexo da Resolução CJF nº 313/2014. Considera-se que a aquisição pretendida está inserida no Planejamento Estratégico da Justiça Federal no quesito eficiência dos serviços.

#### **3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente aquisição deverá ocorrer por meio de Sistema de Registro de Preços, com base no inciso IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

3.2. A unidade demandante recomenda que a contratação seja realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto nº 10.024/2019, visto se tratar de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

#### **4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

4.1. Descrição do material:

<b>ITEM</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CÓDIGO CAMAT-BR</b>
01	Cone de sinalização de Trânsito	Cone confeccionado em material flexível de PVC na cor laranja, com 2 (dois) anéis refletivos com sapatas de sustentação. Deverá ser emborrachado com 75cm de altura.	30.44.010.015/BR460721
02	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S1.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas Den 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.002/BR405980

03	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S1.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, dupla face, para fixação em teto, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas de 25x50, 25cm de largura e 50 cm de comprimento.	30.44.016.003/BR0405980
04	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S2.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.004/BR0405980
05	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S2.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, dupla face, para fixação em teto, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas 25x50, de 25cm de largura e 50 cm de comprimento.	30.44.016.005/BR0405980
06	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S3.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.006/BR0405980
07	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S4.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.007/BR0405980
08	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S5.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.008/BR0405980
09	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S6.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.009/BR0405980
10	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S7.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.010/BR0405980
11	Placa de sinalização de orientação e	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação	30.44.016.011/BR0405980

	salvamento, código-S8.	fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	
12	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S9.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.012/BR0405980
13	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S10.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.013/BR0405980
14	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S11.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.014/BR0405980
15	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código-S12.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.015/BR0405980
16	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (ABC)	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.016/BR0405980
17	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (AP)	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.017/BR0405980
18	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (CO2)	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.018/BR0405980
19	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E7.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.019/BR0405980

20	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E8.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.020/BR0405980
21	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E11.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.021/BR0405980
22	Placa de proibição, código-P4.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor branca com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.	30.44.016.022/BR0405980
23	Placa de sinalização e orientação, código- M4.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente nas medidas de 12X26 , 12 cm de largura e 12 cm de comprimento	30.44.016.023/BR0405980
24	Placa de sinalização e orientação, código- C1.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.024/BR0405980
25	Placa de sinalização e orientação, código- C2.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.025/BR0405980
26	Placa de sinalização e orientação, código- C3.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.026/BR0405980
27	Placa de sinalização e orientação, código- C4.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.027/BR0405980
28	Placa de sinalização e orientação, código- C5.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26	30.44.016.028/BR0405980

		12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	
29	Placa de sinalização e orientação, código-C6.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.029/BR0405980
30	Placa de sinalização e orientação, código-C7.	Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.	30.44.016.029/BR0405980

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código CAMAT-BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento convocatório, prevalecerão as últimas.

4.3. Os materiais devem seguir os modelos da tabela [10236531](#) e serem fornecidos em consonância técnica com as normas:

4.3.1. NBR Nº 15.071 - sinalização no tráfego- cones de sinalização;

4.3.2. NBR Nº 13434-3- sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

## 5 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. O prazo de entrega é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.

5.2. O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega do material, quando serão cotejados o quantitativo e a descrição contidos na nota fiscal, e definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório para aferição do direito ao pagamento e para a verificação da conformidade do objeto entregue com o que foi empenhado, ou, se acontecer o embargo do recebimento, da data em que for sanada a irregularidade.

5.3 O local de entrega é o Setor de Administração de Patrimônio -SEMAT, localizado no Setor de Garagens Oficiais Norte- SGON, quadra 02 lotes 30/60, CEP: 70610-600, Brasília-DF; contato pelo telefone (061) 2099-6625 ou (061) 20996626 e pelo e-mail [semat.df@trfl.jus.br](mailto:semat.df@trfl.jus.br).

## 6. DA AMOSTRA

6.1. A empresa detentora do menor preço deverá apresentar, se solicitado pela SJDF, catálogo, encarte ou outro meio de apresentação que contenha fotos com informações sobre o produto ofertado, ou ainda, sítio do fabricante na internet para cotejo das suas características com o especificado neste Termo de Referência.

6.2. Se as informações contidas nos meios de apresentação referidos no subitem anterior forem consideradas insuficientes para demonstrar a compatibilidade das especificações do produto ofertado com as descritas neste Termo de Referência, a SJDF poderá dele solicitar amostra física, a qual será analisada pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte-SEVIT, e em caso de desconformidade com o pretendido, será rejeitada mediante declaração expedida pelo setor.

6.3. Na hipótese de rejeição de sua amostra física, a empresa detentora do menor preço será desclassificada e chamada a segunda colocada no certame para a apresentação das suas, ou a terceira, a quarta etc., se, nessa ordem, as demais forem também rejeitadas, até que se chegue ao produto com as características pretendidas neste Termo de Referência.

## **7. DA GARANTIA**

7.1 O prazo de garantia mínima para os bens referidos é de 12 (doze) meses, contado da data do recebimento definitivo do objeto.

7.2. Durante o prazo estabelecido no item acima, uma vez constatado o defeito ou vício, procederá a CONTRATADA, às suas expensas, a substituição do bem por um novo, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contadas da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.3. A empresa deverá fornecer Certificados de Garantia por meio de documentos próprios, ou anotação impressa (ou carimbada) na nota fiscal.

## **8. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

8.1. Consoante o disposto no Art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos produtos devem ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas, à proteção do conteúdo e à comercialização dos produtos, projetadas de maneira que a sua reutilização seja tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

## **9. DA PROPOSTAS**

9.1. É de inteira responsabilidade das empresas o preenchimento exato de suas propostas, pois não serão admitidas alegações de omissões, enganos ou erros posteriores à sua apresentação, com a finalidade de alterar os valores ofertados ou de não fornecer o objeto de que trata este Termo de Referência.

9.2. No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas com o transporte, carga/descarga, tributos, tarifas, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas que se façam indispensáveis ao fornecimento do objeto da contratação.

9.3. As proponentes deverão apresentar propostas nas quais deverão constar o preço unitário e total do item, obedecendo às especificações e indicação de marca e modelo.

9.4. As propostas das empresas interessadas na licitação deverão ser apresentadas em papel timbrado, datadas e assinadas, contendo obrigatoriamente a razão social, CNPJ, endereço, e-mail, cidade, unidade da federação, CEP, número de telefone/fax, especificação do objeto, marca e modelo do objeto, valores unitário e total do(s) item(ens), se for o caso, e do objeto, em algarismos e por extenso, prazo de validade da proposta, prazo de entrega, prazo de garantia do objeto e dados bancários, com os códigos do banco e da agência e o número da conta corrente.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Designar servidor do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações constantes da proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características previamente estabelecidas.

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados ao objeto pactuado.

10.3. Embargar, estipulando o prazo para a correção, o recebimento provisório ou definitivo do objeto, apontando as razões da sua desconformidade quanto a defeitos no

material ou discordância com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

10.5. Acompanhar o prazo de garantia do bem adquirido, a fim de não corroborar em prejuízo econômico para a Administração.

10.6. Aplicar as sanções, conforme previsto para contratação.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Obedecer às especificações do objeto constantes deste documento e da proposta apresentada, cumprindo o prazo estabelecido.

11.2. Apresentar, para fins de comprovação de atendimento aos requisitos técnicos exigidos, os catálogos dos materiais contratados juntamente com a sua proposta.

11.3. Responsabilizar-se pela qualidade, resistência e durabilidade do bem fornecido, que deverá ser novo e de primeira linha.

11.4. Substituir ou corrigir o objeto, sem ônus para a contratante, em até 10 (dez) dias corridos após a notificação da contratante, caso não se enquadre nas especificações deste Termo de Referência ou em caso de defeitos/falhas detectadas no objeto entregue.

11.5. Responsabilizar-se pelo transporte do objeto até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerente.

11.6. Manter a regularidade fiscal.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia útil, calculado sobre o valor da nota de empenho no caso de item(itens) entregue(s) com atraso, ou sobre a mercadoria a ser substituída, conforme obrigações constantes deste Termo de Referência. A multa é limitada a 20 (vinte) dias úteis, sendo esta a data-limite para o cumprimento da obrigação, independentemente de notificação.

12.2. No caso de inexecução total, a Administração aplicará a multa de 10% (dez por cento), e de inexecução parcial, aplicará multa de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor total da nota de empenho.

12.3. Caso a contratada não possa cumprir o(s) prazos estipulado(s) neste documento, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento destes, ficando a critério da contratante a sua aceitação.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

13.1. Em função da necessidade de se estabelecer um padrão visual na sinalização de emergência da SJDF, a unidade solicitante opta pela adjudicação global a apenas um fornecedor, favorecendo a agilidade na entrega e colocação em operação plena da sinalização .

## **14. DO RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Caberá ao Diretor do Núcleo de Segurança Institucional -NUSIT o gerenciamento da Ata de Registro de Preços durante todo o prazo da sua vigência, cujos procedimentos consistirão no acompanhamento e no controle das quantidades registradas e pedidas, das adesões e de todos os demais atos relacionadas à aquisição de que trata este Termo de Referência.

## 15. DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Não será permitida a adesão de órgãos ou entidades públicas à Ata de Registro de Preços resultante da licitação do objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 para órgão não participante é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade, conforme entendimento expresso no Acórdão TCU nº 1.297/2015 - Plenário, TC 003.377/2015-6 e Acórdão TCU nº 311/2018 – Plenário, TC 034.968/2017-2.

## 16. DA RESERVA DE COTA

16.1 Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e no artigo 8o do Decreto no 8.538, de 6 de outubro de 2015, fica reservada uma cota no percentual de 10% (dez por cento) do quantitativo de cada item, assegurada a preferência de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte/sociedades cooperativas.

16.1.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

16.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha oferecido o menor deles.

16.1.3. As disposições contidas nos subitens anteriores serão aplicáveis apenas às licitações cujos itens ou lotes em disputa tenham valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Em caso contrário, a licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 6o do Decreto no 8.538/2015.

## 17. DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Nos termos do § 1o do artigo 4o do Decreto no 7.892/2013, a unidade solicitante opta pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços - IRP em face da inviabilidade operacional para a participação de outros órgãos, como também em razão da inexistência de norma complementar regulamentadora do procedimento.

## 18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Seção Judiciária do Distrito Federal poderá cancelar a Ata de Registro de Preços dos respectivos itens, sem prejuízo das penalidades previstas nela e neste Termo de Referência, nos casos estabelecidos no artigo 20 do Decreto no 7.892/2013.

18.2. A empresa vencedora da licitação poderá solicitar o cancelamento da Ata de Registro de Preços, por escrito, devendo, para tanto, comprovar a impossibilidade de atendimento das solicitações nela contidas, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devendo manter o regular fornecimento do objeto até a decisão final da contratante.

## 19. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	Cone de sinalização de Trânsito	150	R\$114,67	R\$17.200,50
02	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S1.	160	R\$23,97	R\$3.835,20
03	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S1. (dupla face fixação de teto).	30	R\$87,60	R\$2.628,00
04	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S2.	100	R\$23,97	R\$2.397,00
05	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S2.(dupla face fixação de teto).	30	R\$87,60	R\$2.628,00

06	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S3.	40	R\$23,97	R\$958,80
07	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S4.	40	R\$23,97	R\$958,80
08	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S5.	30	R\$23,97	R\$719,10
09	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S6.	60	R\$23,97	R\$1.438,20
10	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S7.	60	R\$23,97	R\$1.438,20
11	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S8.	30	R\$23,97	R\$719,10
12	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S9.	30	R\$23,97	R\$719,10
13	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S10.	20	R\$18,89	R\$377,80
14	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S11.	20	R\$23,97	R\$479,40
15	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S12.	10	R\$23,97	R\$239,70
16	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (ABC)	200	R\$29,64	R\$5.928,00
17	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (AP)	10	R\$29,64	R\$296,40
18	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (CO2)	100	R\$29,64	R\$2.964,00
19	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E7.	100	R\$26,93	R\$2.693,00
20	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E8.	100	R\$26,93	R\$2.693,00
21	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E11.	05	R\$26,93	R\$134,65
22	Placa de proibição, código-P4	60	R\$25,35	R\$1.521,00
23	Placa de sinalização e orientação, código- M4	60	R\$31,10	R\$1.866,00
24	Placa de sinalização e orientação, código- C1.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
25	Placa de sinalização e orientação, código- C2.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
26	Placa de sinalização e orientação, código- C3.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
27	Placa de sinalização e orientação, código- C4.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
28	Placa de sinalização e orientação, código- C5.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
29	Placa de sinalização e orientação, código- C6.	100	R\$10,31	R\$1.031,00
30	Placa de sinalização e orientação, código- C7.	100	R\$10,31	R\$1.031,00

Valor total geral a ser registrado.....**R62.049,95**

**ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2020****MODELO DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS****SINALIZAÇÃO de INCÊNDIO****Sinalização de Proibição**

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
P1		Proibido fumar	Símbolo: circular Fundo: branca Pictograma: preta Faixa circular e barra diametral: vermelha	Todo local onde fumar pode aumentar o risco de incêndio
P2		Proibido produzir chama		Todo o local onde a utilização de chama pode aumentar o risco de incêndio
P3		Proibido utilizar água para apagar o fogo		Toda situação onde o uso de água for impróprio para extinguir o fogo
P4		Proibido utilizar elevador em caso de incêndio		Nos locais de acesso aos elevadores comuns e montacargas
P5		Proibido obstruir este local		Em locais sujeitos a depósito de mercadorias onde a obstrução pode apresentar perigo de acesso às saídas de emergência, rotas de fuga, equipamentos de combate a incêndio etc.

**Sinalização de Alerta**

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
A1		Alerta geral	Símbolo: triangular Fundo: amarela Pictograma: preta Faixa triangular: preta	Toda vez que não houver símbolo específico de alerta, deve sempre estar acompanhado de mensagem escrita específica
A2		Cuidado, risco de incêndio		Próximo a locais onde houver presença de materiais altamente inflamáveis
A3		Cuidado, risco de explosão		Próximo a locais onde houver presença de materiais ou gases que oferecem risco de explosão
A4		Cuidado, risco de corrosão		Próximo a locais onde houver presença de materiais corrosivos
A5		Cuidado, risco de choque elétrico		Próximo a instalações elétricas que oferecem risco de choque
A6		Cuidado, risco de radiação	Símbolo: triangular Fundo: amarela Pictograma: preta Faixa triangular: preta	Próximo a locais onde houver presença de materiais radioativos
A7		Cuidado, risco de exposição a produtos tóxicos		Próximo a locais onde houver presença de produtos tóxicos

## Sinalização de Orientação e Salvamento

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
S1		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência, especialmente para ser fixado em colunas Dimensões mínimas: L = 1,5 H
S2				Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência Dimensões mínimas: L = 2,0 H
S3				Indicação de uma saída de emergência a ser afixada acima da porta, para indicar o seu acesso
S4				
S5				
S6				
S7				

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
S8		Escada de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Indicação do sentido de fuga no interior das escadas. Indica direita ou esquerda, descendo ou subindo. O desenho indicativo deve ser posicionado de acordo com o sentido a ser sinalizado
S9				
S10				
S11				
S12		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem "SAÍDA" ou Mensagem "SAÍDA" e pictograma e/ou seta direcional: fotoluminescente, com altura de letra sempre $\geq$ 50 mm	Indicação da saída de emergência, com ou sem complementação do pictograma fotoluminescente (seta ou imagem, ou ambos)
S13				
S14				
S15		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem "SAÍDA": fotoluminescente, com altura de letra sempre $\geq$ 50 mm	Indicação da saída de emergência com rampas para deficientes, utilizada como complementação do pictograma fotoluminescente (seta ou imagem, ou ambos)
S16				

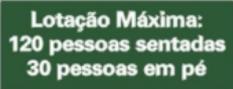
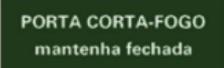
**Sinalização de Equipamentos de Combate a Incêndio e Alarme**

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
E1		Alarme sonoro		Indicação do local de acionamento do alarme de incêndio
E2		Comando manual de alarme ou bomba de incêndio	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Ponto de acionamento de alarme de incêndio ou bomba de incêndio. Deve vir sempre acompanhado de uma mensagem escrita, designando o equipamento acionado por aquele ponto
E3				
E4		Telefone ou interfone de emergência		Indicação da posição do interfone para comunicação de situações de emergência a uma central
E5		Extintor de incêndio	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Indicação de localização dos extintores de incêndio

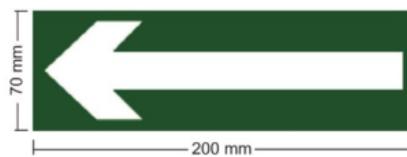
Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
E6		Mangotinho	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Indicação de localização do mangotinho
E7		Abrigo de mangueira e hidrante		Indicação do abrigo da mangueira de incêndio com ou sem hidrante no seu interior
E8		Hidrante de incêndio		Indicação da localização do hidrante quando instalado fora do abrigo de mangueiras
E9		Coleção de equipamentos de combate a incêndio		Indica a localização de um conjunto de equipamentos de combate a incêndio (hidrante, alarme de incêndio e extintores), para evitar a proliferação de sinalizações correlatas
E10		Válvula de controle do sistema de chuveiros automáticos		Indicação da localização da válvula de controle do sistema de chuveiros automáticos

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
E11		Extintor de incêndio tipo carreta		Indicado para facilitar a localização de extintor tipo carretas em caso de incêndio de maior proporção
E12		Manta antichama		Indicada para o abafamento de chamas em pessoas
E13		Seta à esquerda, indicativa de localização dos equipamentos de combate a incêndio ou alarme	Símbolo: quadrado	Indicação da localização dos equipamentos de combate a incêndio ou alarme. Deve sempre ser acompanhado do símbolo do(s) equipamento(s) que estiver(em) oculto(s)
E14		Seta à direita, indicativa de localização dos equipamentos de combate a incêndio ou alarme	Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	
E15		Seta diagonal à esquerda, indicativa de localização dos equipamentos de combate a incêndio ou alarme		
E16		Seta diagonal à direita, indicativa de localização dos equipamentos de combate a incêndio ou alarme		
E17		Sinalização de solo para equipamentos de combate a incêndio (hidrantes e extintores)	Símbolo: quadrado (1,00 m x 1,00 m) Fundo: vermelha (0,70 m x 0,70 m) Borda: amarela (largura = 0,15 m)	

## Sinalização de Orientação e Salvamento

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
M2		Indicação da lotação máxima admitida no recinto de reunião de público.	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem escrita "Lotação Máxima admitida: xx pessoas sentadas xy pessoas em pé". Letras: brancas	Nas entradas principais dos recintos de reunião de público
M3		Aperte e empurre o dispositivo de abertura da porta.	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem escrita "aperte e empurre": fotoluminescente.	Nas portas de saídas de emergência com dispositivo antipânico
M4		Manter a porta corta-fogo da saída de emergência fechada.	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem escrita "porta corta-fogo mantenha fechada": fotoluminescente.	Nas portas corta-fogo instaladas nas saídas de emergência

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
C1		Direção da rota de saída	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente.	Nas paredes, próximo ao piso, e/ou nos pisos de rotas de saída
C2		Direção da rota de saída	Símbolo: quadrado Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente.	Complementa uma sinalização básica de orientação e salvamento
C3				
C4				
C5				
C6				
C7				



**ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2020****MODELO DE PROPOSTA**

<b>Razão Social:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>E-mail:</b>						
<b>Cidade:</b>				<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>Fone:</b>				<b>Fax:</b>		
<b>GRUPO 1</b>						
<u>Item</u>	<u>Und.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Marca Modelo</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor Unitário (R\$):</u>	<u>Valor Total (R\$):</u>
1	UND.	Cone de sinalização de Trânsito. Cone confeccionado em material flexível de PVC na cor laranja, com 2 (dois) anéis refletivos com sapatas de sustentação. Deverá ser emborrachado com 75cm de altura.		150		
2	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S1. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas Den 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		160		
3	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S1. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, dupla face, para fixação em teto, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas de 25x50, 25cm de largura e 50 cm de comprimento.		30		
4	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S2. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
5	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S2. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, dupla face, para fixação em teto, com fundo na cor verde, pigmentação fotoluminescente e medidas 25x50, de 25cm de largura e 50 cm de comprimento.		30		
6	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S3. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		40		
7	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S4. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26,12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		40		

8	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S5. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		30		
9	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S6. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		60		
10	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S7. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		60		
11	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S8. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		30		
12	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S9. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		30		
13	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S10. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		20		
14	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S11. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde, com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		20		
15	UND.	Placa de sinalização de orientação e salvamento, código- S12. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente nas medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		10		
16	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (ABC). Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		200		
17	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (AP). Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		10		
18	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E5. (CO2). Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		100		

19	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E7. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		100		
20	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E8. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		100		
21	UND.	Placa de sinalização de combate a incêndio, código- E11. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor vermelha com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		05		
22	UND.	Placa de proibição, código-P4. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor branca com pigmentação fotoluminescente nas medidas 14x19, 14 cm de largura por 19 cm de comprimento.		60		
23	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-M4. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente nas medidas de 12x26 , 12 cm de largura e 12 cm de comprimento.		60		
24	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C1. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26, 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
25	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C2. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
26	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C3. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
27	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C4. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
28	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C5. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
29	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C6. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		

30	UND.	Placa de sinalização e orientação, código-C7. Placa em pvc expandido, espessura de 2mm a 3mm, com fundo na cor verde com pigmentação fotoluminescente de medidas 12x26 12 cm de largura e 26 cm de comprimento.		100		
<b>VALOR TOTAL</b>						

<b>Prazo de Validade da Proposta:</b>		<b>Prazo de entrega:</b>
<b>Prazo de Garantia:</b>		
<b>Banco (cód.):</b>	<b>Agência (cód.):</b>	<b>Conta-Corrente:</b>

**Carimbo padronizado do CNPJ:**



Declaramos estar de acordo com todos os termos e condições do Pregão Eletrônico nº xx/2020.

Brasília, de de 2020.

Assinatura do responsável pela firma

**Observações:**

Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.

**ANEXO IV DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2020****Pregão Eletrônico - SRP nº xx/2020****UASG : 090023**

A União, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - Seção Judiciária do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF nº 05.456.457/0001-29, sediada no SAUS Quadra 02, Bloco G, Anexo A, Brasília-DF, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, ....., nos termos do artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas legais aplicáveis, obedecidas as disposições contidas no instrumento convocatório e em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº ...../2020**, RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, *email*: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representado por \_\_\_\_\_, conforme discriminado no Anexo desta Ata.

Não se admitirá adesões à presente ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

A beneficiária deverá manter as condições de habilitação durante a vigência da ata de registro de preços.

Este Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura pelas partes, instante a partir do qual o instrumento será considerado apto a produzir seus jurídicos efeitos. A ata será publicada na íntegra no portal da Justiça Federal de 1º Grau no Distrito Federal no <http://portal.trfl.jus.br/sjdf/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>.

As especificações técnicas e demais exigências constantes do Decreto nº 7.892/2013, no Processo Administrativo nº ..... e **Pregão Eletrônico nº ..../2020** integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do sistema *Comprasnet* – acessível publicamente em [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) –, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, **porventura tenham havido**

**interessados**, nos termos do inc. II e § 1º do art. 11 do Decreto n.º 7.892/2013, com a redação dada pelo Decreto n.º 8.250/2014. *(Esse texto será incluído nas atas apenas nos casos de formalização de cadastro reserva).*

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Distrito Federal e do Fornecedor Beneficiário.

\_\_\_\_\_  
Diretor da Secretaria Administrativa

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

## ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2020

### ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO

Unidade Gerenciadora:

Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Valor Total</b>					

### CADASTRO RESERVA

<b>Empresa:</b>			<b>C.N.P.J:</b>		
<b>Endereço:</b>			<b>Telefone:</b>		
<b>E-mail:</b>					
<b>Representante:</b>					
Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Preço Unitário	Preço Total